

**O PODER DE INFLUÊNCIA DO AGRONEGÓCIO NA POLÍTICA
EXTERNA BRASILEIRA**

**THE POWER OF INFLUENCE OF AGRIBUSINESS IN BRAZILIAN
FOREIGN POLICY**

**EL PODER DE LA INFLUENCIA DE LA AGROINDUSTRIA EN LA
POLÍTICA EXTERIOR BRASILEÑA**

Ismael Silva Rocha

Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas-Sociologia da Universidade Federal de São Bernardo, Centro de Ciências de São Bernardo. Discente pesquisador do GEPEMADEC, na Linha de Pesquisa 4 - Dinâmicas e Práticas Sociais, Meio Ambiente e o Mundo Rural, sob orientação do professor Dr. Mateus de Sá Barreto Barros. Bolsista PIBIC/CNPq.

E-mail: ismael.sr@discente.ufma.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-2193-1698>

Mateus de Sá Barreto Barros

Professor Adjunto do Curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão/Centro de Ciências de São Bernardo. Doutor em Ciências pelo Programa de Pós-graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo-USP; mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE; graduado em Turismo pela Universidade Tiradentes-UNIT. Atualmente, é pesquisador do GEPEMADEC e coordena a Linha de Pesquisa 4 - Dinâmicas e Práticas Sociais, Meio Ambiente e o Mundo Rural. É membro do Laboratório de Estudos do Imaginário (LEI) e coordena a Linha de Pesquisa 2 - Turismo e Relações Internacionais, Neocolonialismo, Decolonialidades e suas Relações Imaginárias. Dedicar-se ao Projeto de Pesquisa "Relações Internacionais e Meio Ambiente: a Apropriação dos Recursos Naturais Estratégicos na Área de Expansão da Soja na Região do MATOPIBA".

E-mail: msb.barros@ufma.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5612-7658>

RESUMO

O presente artigo é fruto do trabalho de investigação, desenvolvido a partir do projeto de Iniciação Científica "Relações Internacionais e Meio Ambiente: a apropriação dos recursos naturais estratégicos na área de expansão da soja na região do MATOPIBA". Para a sua elaboração, utilizamos de pesquisa qualitativa, nos debruçando sobre fontes primárias e secundárias, além da observação empírica. Nesse contexto, foi possível averiguar que o agronegócio possui grande poder de influência, não apenas na política externa, mas também no forjar da identidade nacional e do projeto de nação. Desse modo, é imprescindível conhecermos os elementos basilares da trajetória

histórica, não apenas do Brasil, como da América Latina, para conseguirmos elaborar mecanismos capazes de promover mudanças significativas no rumo do país.

Palavras-chave: Agronegócio; Política Externa; MATOPIBA.

ABSTRACT

This article is the result of research work, developed from the Scientific Initiation Project “International Relations and the Environment: the appropriation of strategic natural resources in the soy expansion area in the MATOPIBA region”. For its elaboration, we used qualitative research, focusing on primary and secondary sources, in addition to empirical observation. In this context, it was possible to verify that agribusiness has great power of influence, not only in foreign policy, but also in forging the national identity and the nation's project. Thus, it is essential to know the basic elements of the historical trajectory, not only in Brazil, but also in Latin America, in order to be able to develop mechanisms capable of promoting significant changes in the country's course.

Keywords: Agribusiness; Foreign Policy; MATOPIBA.

RESUMEN

Este artículo es el resultado de un trabajo de investigación, desarrollado a partir del proyecto de Iniciación Científica “Relaciones Internacionales y Medio Ambiente: la apropiación de los recursos naturales estratégicos en la zona de expansión de la soja en la región de MATOPIBA”. Para su elaboración, utilizamos la investigación cualitativa, enfocándonos en fuentes primarias y secundarias, además de la observación empírica. En este contexto, se pudo constatar que el agronegocio tiene un gran poder de influencia, no solo en la política exterior, sino también en la formación de la identidad nacional y del proyecto de nación. Así, es fundamental conocer los elementos básicos de la trayectoria histórica, no sólo de Brasil, sino también de América Latina, para poder desarrollar mecanismos capaces de promover cambios significativos en el rumbo del país.

Palabras clave: Agroindustria; Política Externa; MATOPIBA.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto do trabalho de investigação, desenvolvido a partir do projeto de Iniciação Científica “Relações Internacionais e Meio Ambiente: a apropriação dos recursos naturais estratégicos na área de expansão da soja na região do MATOPIBA”. A pesquisa, evidenciou a princípio, um desafio ao abordar as relações internacionais, partindo de um lugar que se encontra alhures dos centros de tomada de decisões, sejam políticas ou econômicas. Isto se dá por pelo menos por dois fatores. Primeiramente porque está-se demasiado distante das discussões realizadas nos principais centros de educação e pesquisa do país, dos cursos de relações internacionais, inviabilizando um diálogo mais aprofundado sobre o agronegócio, a reprimarização da economia, a questão ambiental, entre outros fatores. Há um hiato entre os lugares onde se pensam as políticas e onde se as pratica. É confortável falar das

transações internacionais, das benesses do agronegócio, estando em áreas distantes das do plantio.

Em segundo lugar, o olhar proposto não está, necessariamente, relacionado com o volume de exportação e importação efetuados, com os contratos e memorandos de entendimento assinados para viabilizar o comércio exterior, com a adoção da política econômica (Estado Desenvolvimentismo, Neoliberalismo ou Estado Logístico), mas com a prática do agronegócio em si e como ele se concretiza, revelando como esta realidade é invisibilizada pelos grupos econômicos, pela mídia e pelos governos, sem levar em consideração que estes espaços representam a imensa maioria deste país. Poucas são as áreas luminosas do capitalismo.

No entanto, essa condição nos confere a possibilidade de refletirmos e abordarmos estas questões a partir de um prisma distinto, antes ignorado, ou pouco visto, evidenciando como um conjunto de pequenos municípios do leste maranhense, com a maior parte da população vivendo em áreas rurais, se conectam com o mercado financeiro global, promovendo o que Milton Santos (2001)¹, denominou de “convergência dos momentos”.

Dessa maneira, ao longo das discussões realizadas, a partir da leitura, análise de artigos e livros propostos e da observação empírica, percebemos que a importância conferida ao agronegócio e a influência que este possui na conformação, tanto da política nacional quanto externa, independia de quem ocupava o mais alto cargo do poder executivo, havendo uma continuidade temporal, configurando muito mais uma política de Estado que, necessariamente de governo. Certamente, a forma como esta relação se estabelecerá em cada momento possui semelhanças, mas também particularidades que merecem a nossa atenção.

Desse modo, propomo-nos a abordar uma perspectiva pouco usual nas relações internacionais, levando em consideração, não apenas os fatores nacionais e internacionais na conformação da política externa, mas também, a ideologia operante na conformação da identidade nacional e, portanto, da nação. Acreditamos que essa perspectiva pode trazer à tona, questões que eventualmente passam despercebidas nas discussões sobre o tema, podendo ser

¹ SANTOS, Milton. Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

uma forma explicativa sobre a valorização do agronegócio, bem como da prioridade conferida ao setor primário na economia.

Podemos perceber, nesse sentido, que na atualidade, assim como nos anos que seguiram o pós-independência, o debate central se mantém praticamente inalterado. Por um lado, tem-se a intenção de valorizar a indústria, de modernizar o país. Por outro, as ações e a prática caminham na direção oposta, uma vez que se prestigia o agronegócio e o mundo constituído a partir dele. A imagem que um país faz de si é também reflexo daquilo que os demais países pensam a seu respeito. Desse modo, é possível fazer uma aproximação entre o Brasil e os países latino-americanos, não apenas por serem parte de um subcontinente, mas por compartilharem uma trajetória histórica em comum, a colonização. De igual forma, também foram passíveis de classificações homogêneas, pejorativas e depreciativas, por parte dos Estados centrais.

Nesse caminho, nos dois primeiros itens deste artigo, foi possível realizar um diálogo entre Brasil e América Latina. Na primeira parte, abordamos alguns aspectos relativos à elaboração da política externa, da influência internacional na conformação da política nacional, tanto direta quanto indiretamente, a partir de instituições de ensino, disseminando uma ideologia que interessava aos países desenvolvidos. É evidente que o contrário também é verdadeiro, as forças políticas nacionais e os interesses de setores-chave da economia, possuem forte poder de persuasão sobre a condução da política externa.

No segundo item, abordamos sobre o sentimento nacional e a ideia de nação e como estas conferem o caráter duradouro da política. Forja-se instituições que permanecem inalteradas ao longo do processo histórico. Do mesmo modo, tratamos a respeito da imagem que os países centrais possuem do Brasil e da América Latina e como isto foi crucial para o estabelecimento de relações que estavam por vir. Por último e não menos importante, discorreremos sobre o agronegócio, a sua configuração e o poder de influência que possui na conformação da política externa. As reflexões aqui propostas, não seriam possíveis sem o auxílio de autores das mais diversas áreas do conhecimento, em especial a história, as ciências sociais e a geografia, além das relações internacionais, claro. Foram eles os grandes responsáveis por nos ajudar a unir o grande mosaico encontrado sobre as mais distintas regiões

desse país, assim como compreender a lógica operante do setor e os instrumentos utilizados pelo mesmo para fazer frente a seus interesses.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA EXTERNA

Nas relações internacionais, costuma-se haver, independentemente da subárea a que se concentra, uma discussão a respeito da formulação da Política Externa, seu estabelecimento, implementação e influência. Alguns autores, como no caso de Waltz (2002)², afirma que esta não pode ser o resultado da soma das iniciativas internas de cada Estado. Contudo, se faz necessário salientar que os processos internacionais influenciam a trajetória nacional de cada ente em particular, bem como a configuração política interna possui grande peso sobre as decisões e ações que os Estados efetuarão no cenário internacional. Ainda sob essa perspectiva é importante levar em consideração o que menciona Fred Halliday (2007, p. 17)³ a respeito dos processos nacionais, ao afirmar que:

O próprio nacionalismo, a despeito de sua evolução, de seu caráter aparentemente individual e de sua celebração do específico, é um processo internacional, é um produto da mudança intelectual, social e econômica compartilhada pelas sociedades e estimulada por sua interação nos últimos dois séculos.

Na perspectiva do autor, não há como haver uma história puramente nacional de qualquer Estado, assim como não tem uma teoria econômica que “negue o impacto formativo residual ou recente, do internacional” (*Ibid*, p. 18). Nesse contexto, é possível verificar que não tem como dissociar completamente as duas esferas políticas, uma vez que não há como pensar na atuação internacional sem que esta represente, minimamente, os sentimentos e interesses nacionais. Desse modo, pode-se afirmar que se estabelece uma relação intrínseca entre estes fatores, como explana Robert Putnam (2010)⁴, ao abordar o Jogo de Dois Níveis, procurando compreender as relações existentes entre os espaços domésticos e externos.

² WALTZ, Kenneth. Teoria das Relações Internacionais. Portugal: Gradiva, 2002.

³ HALLIDAY, Fred. Repensando as relações internacionais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

⁴ PUTNAM, Robert. PUTNAM, Robert D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. Revista de Sociologia Política, v. 18, n. 36, p. 147-174, 2010.

É importante salientar que, no caso, não apenas das relações internacionais, mas também da política econômica, as diretrizes nacionais tiveram grande influência dos pensadores e instituições dos países centrais, tanto direta - a partir da interferência política na condução dos rumos dos países, em especial, os latino-americanos - quanto indiretamente, formando profissionais que defenderiam o teor ideológico e as reformas necessárias para enquadrá-los nas normativas da nova ordem econômica mundial, nomeadamente, o neoliberalismo (CERVO, 2000)⁵. Em toda a América Latina, os Chicago Boys (economistas formados na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos da América), assumiram cargos importantes no Banco Mundial - representando seus países de origem -, Ministérios da Economia, Bancos Centrais e Bancos de Desenvolvimento.

Ainda que as teorias e a prática política estivessem imbuídas de altruísmo, não se pode deixar de destacar que dissertam, majoritariamente, sobre contextos e espaços luminosos do capitalismo, centros de tomadas de decisão, que angariam as benesses promovidas pela globalização. Nessa perspectiva, é possível perceber que as teses elaboradas para explicar a realidade e conferir as bases para instrumentalizar os caminhos a serem adotados pelos países periféricos e semiperiféricos estavam deslocadas destas realidades.

O que levou, pensadores latino-americanos como Raúl Prebisch, Celso Furtado, Ruy Mauro Marini, entre outros, a formularem análises e teorias capazes de compreender a realidade regional e propor caminhos para reduzir as assimetrias existentes entre o norte (desenvolvido) e o sul (subdesenvolvido ou em desenvolvimento). Estes intentos, por seu turno, se dissociavam das iniciativas delineadas pelos *policy makers*, em seus escritórios e defendidas nas instâncias legislativas destes países (CERVO, 2003)⁶. Desse modo, verifica-se a grande complexidade em que está envolta à política externa.

Cervo (2003), se propõe a realizar uma análise da política externa, procurando aglutinar três níveis distintos, mas que são complementares: o diplomático, o político e o das relações internacionais. De acordo com o autor, estes três elementos articulam, a seu ver, aspectos tanto empíricos como de observação que auxiliam a perceber mudanças de paradigmas

⁵ CERVO, Amado Luís. Sob o Signo Neoliberal: as relações internacionais da América Latina. Rev. Bras. Polít. Int. 43 (2): 5-27 [2000].

⁶ CERVO, Amado Luiz. Política Exterior e Relações Internacionais: enfoque paradigmático. Rev. Bras. Polít. Int. 46 (2): 5-25 [2003].

na condução da política externa. Para Cervo (2003, p. 6), o paradigma “desempenha a superior função de organizar a matéria objeto de observação” e, por não apresentar a rigidez das ciências exatas e da natureza, se move sobre terrenos movediços, sendo passível de sofrer modificações ao longo do tempo.

De acordo com o autor, o paradigma possui três planos distintos de análise. O primeiro se refere a ideia de nação que um povo faz de si e que projeta para o mundo. É este aspecto que configura a formação basilar de um dado país, conferindo um caráter duradouro à política externa⁷. Afinal, a atuação de um Estado no cenário internacional, é o reflexo do sentimento que uma nação partilha internamente. No segundo plano, por sua vez, se encontra a percepção dos interesses. E o terceiro plano, por seu turno, trata da elaboração política propriamente dita, condicionando tendências de médio e longo prazo, assim como também pode explicar suas rupturas. É nele que é realizado o cálculo estratégico e de tomada de decisão, ao procurar relacionar os componentes internos e externos, fazendo uso da manipulação da informação para alcançar objetivos.

Se faz necessário levar em consideração que os dois últimos planos podem sofrer transformações de maneira rápida, dependendo da condução do governo central, da sua habilidade política e da capacidade de articulação que este possui no contexto interno para efetivá-las. Contudo, no que se trata do primeiro, percebe-se que as mudanças ocorrem de maneira lenta e não linear. A imagem que um povo faz de si e o sentimento partilhado de maneira coletiva, ou a forma que as elites sociais, econômicas e políticas se apropriam destes, caracteriza uma instituição, que apesar de não estar em forma de lei, é alimentada em seu seio e difundido pelos meios de comunicação, igrejas, escolas, universidades e legitimados pelos seus cidadãos.

É percebido como natural, algo que faz parte de ser e pertencer a um dado país e nação, inviabilizando a problematização e, conseqüentemente, as transformações necessárias. Em muitas ocasiões, acreditou-se que houve mutações significativas desses componentes na trajetória do Brasil, mas os acontecimentos ocorridos nos últimos quatro anos, mostraram que esta imagem e o sentimento estavam escondidos sob uma leve camada de verniz e se

⁷ O exemplo mais emblemático, talvez, sejam os Estados Unidos da América e a doutrina do Destino Manifesto, a qual crer que os estadunidenses são o povo eleito por Deus para civilizar o continente.

encontravam latentes na sociedade, vindo à tona em forma de ódio aos negros, indígenas, quilombolas, pequenos agricultores, entre outros.

Apesar da importância desse plano, poucos são os trabalhos na área de relações internacionais que se dedicam a abordá-lo. Quando o fazem, os trazem apenas superficialmente. Ainda que ressaltem sua importância e relevância para os estudos da disciplina, não se debruçam com o mesmo vigor que os temas de grande interesse como segurança nacional, economia internacional, diplomacia, entre outros. Contudo, acreditamos que não é possível entendermos a condução da política externa e o processo de (re)primarização da economia, sem compreendermos a fundo estes elementos, haja vista que ao fazê-lo, nos eximimos de apreendermos os componentes profundos que formam a sociedade latinoamericana e brasileira e constituíram sua política.

OS ELEMENTOS FUNDANTES DA POLÍTICA BRASILEIRA E LATINOAMERICANA

Se faz imprescindível levarmos em consideração o fato de que tratar do núcleo duro da política, a sua concretude, e a trajetória do continente latino-americano exige grande cautela, mas sobretudo, rigor de análise, haja vista a complexidade inerente a este, obrigando-nos a investigá-lo, pelo menos, por dois prismas: o interno e o externo. No que concerne ao primeiro, não seria possível compreendê-lo, sem conhecer, ainda que minimamente, a formação do seu povo e sua cultura; as conexões e rupturas existentes desde o período colonial e que irromperam as barreiras do tempo, da independência até o presente momento; o forjar de instituições de Estado que conferiram a cada um destes entes, uma identidade particular.

É por certo, um itinerário tortuoso, regado pela disputa de poder, não apenas internamente, mas pelos interesses difusos existentes entre as elites locais e estrangeiras, pela apropriação e tutela das metrópoles e suas influências nos caminhos a serem traçados em cada lugar. Em muitas ocasiões, quase sempre, a ambição das classes abastadas (nacionais e estrangeiras), consumiram de maneira desenfreada e sem piedade, sangue, línguas e costumes. Nesse contexto, percebe-se que a colonização deixa de existir apenas enquanto presença física dos colonizadores, mantendo-se as características e os moldes sob os quais se apoiam e

configuram, assim como o processo de aculturação e legitimação para justificar a dominação e consequentemente o extermínio dos colonizados.

Nesse caminho, é possível identificar que a colonização não se limitou à distribuição e exploração de terras, mas forjou dispositivos capazes de naturalizar a dominação, como foi o caso das reformas das mentes dos indígenas e do negro submetido a condição de escravidão e a integração das histórias econômicas locais sob a perspectiva do ocidente. De acordo com Mudimbe (1988, p. 16)⁸, “estes projetos complementares constituem aquilo que poderia ser designado de estrutura colonizadora que abrange por completo os aspectos físicos, humanos e espirituais da experiência colonizadora”.

Nessa perspectiva, acreditamos que não é possível entender a formação do Brasil e do continente latino-americano sem vislumbrarmos o processo histórico pelo qual passou. Fazer isso, seria desconsiderar o primeiro elemento fundante da política, o imaginário. Toda política, existe primeiramente no campo imagético, no confronto de ideias e ideais, tributários dos representantes das classes dominantes de seus territórios. O palco das batalhas se dá não apenas no parlamento, mas também na arte, na literatura, nas mídias que são, na realidade, as grandes propagadoras das ideologias dominantes. De acordo com Campos (2015, p. 217)⁹, a primeira metade do século XX foi marcada pelo intenso debate sobre o forjar da nacionalidade, “em que demandas emergentes pela modernidade conviviam com a evocação da essência nacional na busca de diretrizes ideológicas que pudessem orientar a construção da nação brasileira”.

As discussões traziam à baila, termos contraditórios, uma vez que, enquanto se buscava atingir a modernidade, elemento atrelado a dimensões urbanas e metropolitanas, entendia-se que o caráter profundo da “brasileidade” deveria priorizar “o mundo rural, a herança colonial e a suposta vocação agrária do país como marcos de nossa identidade” (*ibid*). Havia, nessa perspectiva, uma busca incessante por diretrizes ideológicas que pudessem, minimamente, orientar o forjar da nacionalidade brasileira. Ainda que o moderno fizesse parte do delírio dos homens de Estado, a ruralidade marcava o seio da sociedade brasileira e o seu funcionamento. Nesse caminho, foi preciso prudência para garantir a construção de uma nação

⁸ MUDIMBE, Valentin Yves. A invenção da África. Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento. Mengualde-PT: Edições Pedago LDA, 2013.

⁹ CAMPOS, Candido Malta. Urbanismo e o antiurbanismo no debate nacional. ESTUDOS AVANÇADOS 29 (85), 2015, p. 215-235.

agroexportadora - com aparato tecnológico avançado (malha rodoviária, ferrovias, portos e aeroportos) e com diálogo com outros países - mantendo os rudimentos rurais, coloniais, patriarcais, paternalistas e patrimonialistas. Foi necessário uma engenharia muito elaborada, precisa e inteligente capaz de articular o passado, presente e futuro.

Nesse contexto, discutir se o país seguiu o rumo da ruralidade ou da urbanidade, do progresso ou atraso, acabaram conformando, no Brasil, de modo particular e, na América Latina, de maneira geral, um capitalismo próprio, liberal em relação à economia e conservador no que se refere ao trabalho, como nos assinala Alfredo Bosi em a *Dialética da Colonização* (1992)¹⁰, ou investiram em uma modernização sem mudança ao se ocuparem em importar tecnologias para fomentar as indústrias, sem que as relações sociais fossem alteradas, como bem ressalta Peter Eisenberg (1977)¹¹.

No que diz respeito ao fator externo, as metrópoles necessitaram desenvolver um conjunto simbólico que, em um primeiro momento, se ocuparam em distinguir as populações locais das europeias e, posteriormente, justificar a sua superioridade. Muitos foram os artefatos utilizados para enquadrar as populações latinoamericanas abaixo da condição do humano. Bartolomé de las Casas, em sua *Apologética Historia Sumaria*¹², escrita em 1552, se encarregou em desenhar um primeiro esboço para expor a superioridade europeia em relação aos povos originários, levando em consideração quatro fatores que auxiliaria na sua identificação como bárbaros: i) os grupos humanos capazes de mostrar sinais de estranhamento ou comportamento feroz, desprovidos de senso de justiça, razão e generosidade; ii) aqueles que possuíam limitação ou deficiência de locução, correspondentes, necessariamente, aos semelhantes ao *Latim*. Desse modo, seria “bárbaro” todo aquele que fosse desprovido de conhecimento das letras, poesia, lógica e história (propriamente europeias); iii) aqueles que eram destituídos de governabilidade, Estado e desconhecimento do direito que se assemelhasse ao romano e; iv) ao se depararem

¹⁰ BOSI, Alfredo. *A Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras (1992).

¹¹ EISENBERG, Peter L. *Modernização Sem Mudança: A Indústria Açucareira em Pernambuco (1840-1910)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra e Universidade Estadual de Campinas, 1977.

¹² LAS CASAS, Fray Bartolomé de. *Apologética Historia Sumaria: cuanto a las qualidades, dlsposición, descripción, cielo y suelo destas tierras, y condiciones naturales, policías, repúblicas, manera de vivir e costumbres de las gentes destas indias occidentales y meridionales cuyo imperio soberano pertenece a los reyes de castilla*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1967.

com populações complexas, formadas por Estados fortes e grande poderio militar, se denominou-se de “*bárbaro*” por serem infiéis a religião e à fé cristã.

Não por acaso, a ciência foi um dispositivo acionado para legitimar a desumanidade da população latinoamericana, naturalizar as relações sociais aqui estabelecidas, ganhando respaldo nas elites locais, descendentes dos europeus, detentores dos poderes políticos e econômicos. A isso, Aníbal Quijano (2009)¹³ denominou de *colonialidade*, que seria as relações de poder e saber hierarquizadas sob a ótica eurocentrada. Não despropositadamente, algumas conceituações, a princípio utilizadas para estudar a natureza, foram tomadas de assalto para explicar a sociedade. Quijano dá-nos o exemplo do conceito de classe que fora adotado nos estudos da natureza, pelo naturalista sueco Lineu, no século XVIII, com o intuito de classificar as plantas, de acordo com o número de estames, visto que estes tendem permanecer inalteradas em seu percurso evolutivo.

Contudo, a mera transposição do conceito de classe dos assuntos da natureza para a sociedade não o humanizou, pelo contrário. Em verdade, os historiadores e os *saintsimonianos*, acabaram por perceber certas semelhanças entre os elementos das classes de plantas do mundo natural e as classes na própria sociedade, aplicando-a às pessoas, haja vista serem factível classificar grupos humanos a partir de características similares entre seus pares no conjunto da sociedade (riqueza e pobreza; mando e obediência). Além de, evidentemente, considerarem, de maneira hierarquizada, os atributos pertencentes a estes grupos, tais como a forma de se vestir, de andar, de falar, de se alimentar, os identificando como espécies distintas, utilizando as diferenças como forma de estabelecer e justificar o controle do trabalho e a sua participação na sociedade.

Em realidade, os europeus apenas teorizaram aquilo que já era posto em prática em território latino-americano, desde o princípio do processo colonizador. Negros e índios tiveram, persistentemente, a sua humanidade negada, ainda que os colonizadores, em algum momento, precisaram reconhecê-la, mesmo que pontualmente. Julgamos factível, assim como Ribeiro

¹³ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. Coimbra, PT: CES, 2009.

(2018)¹⁴, que é preciso contar a história sob a perspectiva do colonizado, da estrutura colonial, em que este venha ser reconhecido e incluso no processo da historiografia, não apenas como simples agentes do processo eurocêntrico colonizador, mas que possam ser considerados os atores principais do processo de formação nacional, apesar do menosprezo por sua mão de obra. A autora acredita que a raça foi o que mais promoveu segregação nas sociedades coloniais, uma vez que na conjuntura da matriz colonial, este “sempre foi elemento diferenciador e constitutivo das relações de dominação da sociedade colonial” (*Ibid.* p. 87).

No Brasil, a cor da pele era, para os senhores de engenho, uma comprovação acertada da competência para a realização do trabalho. Os escravos “mais escuros” ficavam responsáveis pelos serviços mais pesados, como o corte da cana de açúcar, a lida no campo, enquanto os “mais claros”, eram incumbidos das questões administrativas e tinham acesso a Casa Grande, lugar de moradia do senhor, como menciona Stuart Schwartz (2001)¹⁵. O autor revela ainda que, em não tendo papel ativo na história do Brasil, os camponeses eram percebidos como população “telúrica”, fixa no interior, normalmente identificados como elementos pertencentes à fauna e à flora.

Estes componentes vão conferir as bases para a prática política, sobretudo nos espaços rurais, distantes de centros urbanos e conseqüentemente, desprovidos de qualquer órgão fiscalizador ou instituição capaz de fazer valer a lei e demonstrar a força e a presença do Estado. Quando existem, são precários, com baixo efetivo e, em muitos casos, são coniventes com os grandes proprietários e submissos às leis e regras impostas e difundidas pelos mesmos. É isto que configura as áreas de fronteira agrícola neste país, alicerçado no ritmo estabelecido pelos empresários locais e a influência que possuem no cenário nacional.

A INFLUÊNCIA DO AGRONEGÓCIO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Acreditamos que para compreendermos a influência do agronegócio na conformação da política externa brasileira, para além de entendermos sua capacidade de

¹⁴ RIBEIRO, Amanda Porto. *Estrangeiros no Maranhão: transição do regime de trabalho, a imigração e a tentativa de construção de uma sociedade eugênica em meados do XIX*. Faces de Clio. Vol. 4 | N. 7 | JAN./JUN. 2018.

¹⁵ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

persuadir com o intuito de instituir características basilares na formação da nação, faz-se necessário atentarmos às práticas adotadas pelos empresários e as iniciativas implementadas pelos governos. Como o Brasil possui dimensões continentais, o avanço da atividade possui velocidades e momentos distintos em cada região. Se no Nordeste brasileiro, as plantações se estabeleceram logo nos primeiros anos da colonização, necessitando de grande quantidade de mão de obra escrava, o mesmo não ocorreu, ao menos não de maneira homogênea, em todo território nacional. No Sudeste, as fazendas de café dominaram as paisagens e controlaram o trabalho de escravos e italianos a partir do século XIX até meados do século XX.

No que diz respeito ao Centro-Oeste, a monocultura começará a ser implementada a partir da década de 1970. No Norte do país, o programa de ocupação econômica da Amazônia foi implementado a partir de 1966. Por seu turno, na região do MATOPIBA, a exploração ocorreu a partir de 1980, mas a consolidação do setor agroexportador ocorreu em 2005. Desse modo, o nosso objetivo, neste breve artigo, é fazer um apanhado com a finalidade de vislumbrarmos as características centrais da operacionalização prática da atividade e de seu poder político.

Julgamos meritório reconhecer a importância da atividade agropecuária na consolidação do Brasil e no conseqüente controle territorial. De acordo com Andrade (2005)¹⁶, esta foi a responsável pela conformação do território nacional, uma vez que, na busca por novas terras para estabelecer sua propriedade, o homem se viu impelido a procurá-las em lugares cada vez mais distantes, povoando assim, os requintes deste país. Devido a fatores regionais (clima, solo e relevo), técnicos, políticos e sociais, a forma como o ser humano se relaciona com a terra e modificou a paisagem, diferenciou-se em cada lugar. Contudo, o desenvolvimento tecnológico, as políticas de governo adotadas e defesa da imagem de nação agroexportadora, viabilizaram a exploração dos recursos naturais das mais distintas regiões, levando consigo contornos históricos e sociais característicos das plantações, tais como: i) formação de campos de monocultura; ii) exploração do trabalho; iii) expropriação de terras; iv) controle político; e v) relação direta com o mercado financeiro e o comércio internacional.

¹⁶ ANDRADE, Manoel Correia de. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2005.

É importante salientar que, na frente de expansão agrícola, as denominações sociais, sua hierarquização, eram fluídas. Suárez (1981, p.17)¹⁷, ao fazer uma análise sobre as estruturas socioeconômicas do campesinato, dividiu o processo histórico da expansão agrícola no Centro-Oeste, em três períodos distintos. De acordo com a autora:

No primeiro deles a pequena produção leva-se a efeito no interior da fazenda, surgindo a figura do agregado que aparece como um segmento de uma estrutura social eminentemente camponesa. Num segundo período, sob o impacto da titulação das terras e da expansão dos mercados, observa-se um processo de diferenciação social que torna o pequeno produtor um parceiro sem autonomia quanto ao seu processo produtivo. No terceiro período, sob o impacto das migrações massivas e da capitalização da fazenda, a pequena produção se estabelece autonomamente, gerando a categoria de posseiro ou pequeno proprietário.

Nesse contexto, se no primeiro período, as distinções entre o dono da terra e os trabalhadores seriam superficiais, nos períodos subsequentes, as relações seriam modificadas abruptamente. No entanto, não mudariam apenas as dinâmicas sociais, mas também o seu vínculo com o meio ambiente. De acordo com a autora, antes dos incentivos por parte dos governos militares, havia uma preocupação com a rotatividade da terra, reservando parcelas para o pousio, para a recomposição e pastagem, tanto em relação ao plantio quanto à criação. Com os estímulos concedidos a partir de injeção de capital, os programas de financiamento de maquinário e consolidação da propriedade pela legitimação de títulos, conferiram o caráter mercadológico à natureza e ao trabalho.

A conjuntura que surge na condição de fronteira, na frente de expansão da sociedade nacional, representada pelo agronegócio, é desafiadora. Um lugar distante de toda e qualquer instituição de Estado, sem aparato legal, onde o conflito determina a lei e a ordem a ser estabelecida. Ela é também, segundo Martins (2009)¹⁸ a linha tênue que separa quem é o humano e quem não é. “Do lado de cá” da fronteira estão os grupos que se autodenominam “civilizados” e que estão a favor do desenvolvimento e do progresso e “do lado de lá”, os diversos grupos étnicos indígenas, quilombolas e camponeses, regidos por outras cosmovisões, distantes e díspares dos ditos “civilizados”.

¹⁷ SUÁREZ, Mireya. Agregados, Parceiros e Posseiros: a transformação do campesinato no Centro-Oeste. Anuário Antropológico, vol. 5, n.1, 1981.

¹⁸ MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009)

O autor se dedicou a acompanhar o processo de expansão da agricultura por trinta anos, dezesseis deles foram em diferentes partes da Amazônia. Isto confere privilégio ao mesmo, haja vista poder testemunhar de perto os conflitos ocorridos, assim como também, o modo de vida e a rápida redefinição de mundo que deveria ser feito, de certo modo compulsória, por parte dos indígenas, quilombolas e camponeses que encontrou em sua jornada. Certamente, pôde analisar ainda, os documentos e as políticas implementadas pelos governos militares, a partir de 1966, como supracitado, para o programa de ocupação econômica da região.

Parte importante deste programa, foram os incentivos governamentais liberados para os empresários dos mais distintos setores da economia. Os investidores tinham que ter sua rentabilidade garantida, uma vez que a empresa agrícola possui grandes riscos que independem da vontade humana e o fato de o lucro da atividade está diretamente relacionado com a comercialização do produto e não com sua produção. Portanto, a contrapartida do governo era uma forma de convencer o empresariado a mobilizar aplicações para a região, já que até o momento os empresários dos bancos, da indústria e do comércio, não haviam manifestado qualquer tipo de interesse. De acordo com Martins (2009, p.75):

O governo militar oferecia aos empresários dos outros setores a recompensa dessa doação de 75% do capital de que necessitavam para o novo empreendimento, cabendo-lhes entrar com 25% de recursos próprios. Ou podiam se associar a grandes proprietários de terra para estabelecer as novas atividades econômicas.

De acordo com o autor, esta era também, uma opção política, haja vista que assegurava a manutenção das oligarquias fundiárias. Garantiu que a reprodução do capital permanesse nas mãos do setor empresarial, diversificando os investimentos, ao passo que se furtou em realizar uma reforma agrária, capaz de promover o povoamento do Norte e do Centro-Oeste e a ocupação territorial destas regiões. Além disso, articulou de maneira precisa e minuciosa, inovação e engenharia financeira e exploração do trabalho historicamente conhecido, sobretudo escravo, em especial a *peonagem*¹⁹, mormente no que diz respeito à

¹⁹ Peonagem ou escravidão por dívida passa a ocorrer com maior frequência, a partir da década de 1970, devido a influência da nova política econômica adotada pelo governo militar. O Maranhão é o estado campeão na exportação de trabalhadores escravos. Ver.: CASCAES, Bárbara de Sousa. Escravidão por dívida: o Maranhão no contexto da política agrária nacional e as conseqüências para o trabalhador rural. III Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto de 2007.

fundação da fazenda ou em sua expansão. Nesse contexto, o governo militar privatizou os lucros das atividades econômicas e socializou os custos e os passivos ambientais para toda a sociedade.

O domínio dos empresários agrícolas nunca se diluiu ao longo do processo histórico da América Latina. Mesmo quando houve, por parte dos governos do continente, um grande incentivo ao processo de Industrialização por Substituição de Importações, ideia difundida pela Comissão Econômica Para América Latina e o Caribe (CEPAL) ainda na primeira metade do século XX, a empresa agrícola foi valorizada. Com a ditadura militar, como mencionado anteriormente, houve incentivos para a regularização fundiária, acesso a crédito para aquisição de maquinário pesado, investimentos em pesquisa e tecnologia para melhoramento genético dos produtos agro exportadores, assim como também na produção de pesticidas e herbicidas que dessem maiores garantias à qualidade destes produtos, promovendo a reestruturação do setor agroindustrial, com a formação do Complexo Agroindustrial, o CAI (MAZZALI, 2000²⁰; SUÁREZ, 1981²¹).

Apesar de o Brasil ter adotado o neoliberalismo, no processo de redemocratização do país, sobretudo a partir do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), houve uma certa preocupação com as questões ambientais. Collor procurou vincular a imagem do Brasil à sustentabilidade, ganhando respaldo no cenário internacional. Foi em seu mandato presidencial que ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92. Contudo, o governo acostumou-se a reduzir a pauta ambiental à região amazônica. Não que esta não merecesse a devida atenção, mas ao fazê-lo e a defini-la como prioridade, acabou por reduzir a ação do Estado nas demais regiões e biomas do país, como é o caso do cerrado.

Em toda a área ocupada por este bioma, há poucas unidades de preservação e míngua fiscalização, sem mencionar o grande volume de investimentos financeiros realizados por Europa, EUA e China na produção da soja. Posição, inclusive contraditória dos dois primeiros, haja vista requererem políticas capazes de preservar a Amazônia e fazerem parte do Fundo Amazônia. Em abril de 2023, os EUA anunciaram uma doação no montante de US\$

²⁰ MAZZALI, Leonel. O Processo Recente de Reorganização Agroindustrial: do complexo à organização “em rede”. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

²¹ SUÁREZ, Mireya. *Ibid.*

2,5 bilhões, contribuindo para o governo brasileiro alcançar seu objetivo de reflorestar 12 milhões de hectares até 2030 (MADEIRO, 2022; AMÂNCIO, 2022; MMA, 2022)²².

Esta região se tornou de grande relevância para o setor agropecuário devido a sua topografia, predominantemente plana, facilitando o uso do maquinário, tanto no plantio quanto na colheita. A isto soma-se o fato de o cerrado ser possuidor de grande número de nascentes, ter níveis pluviométricos consideráveis e a terra ter baixo valor, em especial no MATOPIBA²³. Apesar de esta região, maiormente no Maranhão, ser explorada por gaúchos e seus descendentes, os gaúchos pioneiros (GASPAR, 2010)²⁴, não tardou muito para os empresários articularem a tecnologia e diversificação produtiva a processos históricos de exploração de terra e de mão de obra.

A formação da fazenda exige a apropriação da terra, o que em muitos casos ocorrem por meios escusos, como a grilagem, por intermédio de ações de guarda costas particulares, comumente chamada de jagunços, ou por brechas contratuais difíceis de serem comprovadas, haja vista que o pequeno agricultor não tem como certificar o tamanho nem os limites de sua propriedade, já que não possui o título da terra. Nestas paragens, o grande proprietário dita a lei e a ordem, assim como define as relações sociais, econômicas e trabalhistas, pressionando os governos municipais para manterem os salários abaixo dos padrões nacionais, visto que é atrativo e cômodo para os negócios.

²² Ver MADEIRO, Carlos. MATOPIBA: A nova fronteira agro do país lidera em desmatamento e expulsa moradores. UOL. Publicado em 13 de agosto de 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/08/13/avanco-agro-no-matopiba-expulsa-povos-e-responde-por-23-do-desmate-no-pais.htm>>.

Acesso em 20 de agosto de 2022; AMÂNCIO, Thiago. EUA anunciam US\$ 500 milhões para o Fundo Amazônia nos próximos 5 anos. Folha de São Paulo. Caderno Ambiente. Publicado em 20 de abril de 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/04/eua-vao-anunciar-us-500-milhoes-para-fundo-amazonia-nos-proximos-5-anos.shtml>>. Acesso em 02 de maio de 2023; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. **EUA anunciam doação de R\$ 2,5 bilhões para o Fundo Amazônia:** Pacote para ações climáticas e ambientais inclui recursos para restauração florestal, redução de emissões de metano e Fundo Verde para o Clima. Gov.br. Publicado em 20 de abril de 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/eua-anunciam-doacao-de-r-2-5-bilhoes-para-o-fundo-amazonia#:~:text=O%20aporte%20in%C3%A9dito%20anunciado%20pelo,Lula%20em%201%C2%BA%20de%20janeiro.>>> Acesso em: 25 de abril de abril de 2023.

²³ MATOPIBA é um acrônimo referente às duas primeiras letras dos estados que fazem divisa - Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia.

²⁴ GASPAR, Rafael Bezerra. O eldorado gaúcho: Deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense. Dissertação de Mestrado UFMA: São Luís, 2010.

Além disso, essas ações refletem no aumento de áreas devastadas. Se faz necessário pontuar que o desmatamento deste bioma cresceu 7,9% de agosto de 2020 a julho de 2021, alcançando 8.531,44 km² de devastação, “uma área que corresponde a sete vezes a cidade do Rio de Janeiro” (PRIZIBISCZKI, 2022)²⁵. Desde 2019, o seu desflorestamento aumentou 17% e, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), “o estado que mais devastou o bioma foi o Maranhão, com 2.281 km²” (PRIZIBISCZKI, 2022). O MATOPIBA, foi responsável pelo desmatamento de 4.961,11 km², representando 58,16% do total (INPE, 2021; MONDARDO e AZEVEDO, 2019)²⁶.

Em três décadas, houve uma redução de 8,4% das chuvas no cerrado, fazendo com que, em 2017, os dezesseis municípios da Região do Baixo Parnaíba Maranhense, fossem incluídos no semiárido nordestino, após a votação na Câmara e no Senado Federal. Na ocasião, o relator da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do senado, João Alberto Souza (MDB/MA), justificou que a incorporação, se devia às mudanças climáticas que acabou por provocar a redução dos níveis pluviométricos, acarretados pelas alterações do uso do solo, a substituição da agricultura familiar pela monocultura extensiva da soja (UNB CIÊNCIA, 2018; SENADO, 2017)²⁷. Ao todo, 44 municípios do estado do Maranhão já foram incluídos na região do semiárido.

²⁵ PRIZIBISCZKI, Cristiane. O Governo esconde o aumento de 8% na destruição do Cerrado. O Eco. Publicado no dia 04 de janeiro de 2022. Seção Notícias. Disponível em: <<https://oeco.org.br/noticias/governo-esconde-aumento-de-8-na-destruicao-do-cerrado/#:~:text=O%20desmatamento%20no%20Cerrado%20aumentou,devasta%C3%A7%C3%A3o%20do%20Cerrado%20aumentou%2017%2>>. Acessado no dia 15 de janeiro de 2022.

²⁶ INPE. Nota Técnica PRODES Cerrado 2021. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Publicado no dia 31 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/nota-tecnica-prodes-cerrado-2021>>. Acessado no dia 08 de março de 2022; MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água ao território de resistência das populações tradicionais. Rev. NERA, v. 22, n. 47, p. 296-320, 2019.

²⁷ UNB CIÊNCIA. Chuvas no Cerrado Diminuíram 8,4% em três décadas. Ciências da Vida. Publicado no dia 27 de abril de 2018. Disponível em: <<https://www.unbciencia.unb.br/biologicas/34-engenharia-florestal/569-chuvas-no-cerrado-reduziram-8-4-em-tres-decadas>>. Acessado no dia 08 de março de 2022; SENADO. CDR analisa projeto que inclui municípios do Maranhão no semiárido. Fonte: Agência Senado. Publicado no dia 10 de junho de 2019. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/10/cdr-analisa-projeto-que-inclui-municipios-do-maranhao-no-semiarido>>. Acesso em 20 de janeiro de 2020; SENADO. Inclusão do Baixo Parnaíba no semiárido nordestino será votada na CDR. Fonte: Agência Senado. Publicado em 16 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/10/16/inclusao-do-baixo-parnaiba-no-semiarido-nordestino-sera-votada-na-cdr>>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

O grande latifundiário se vê como detentor do direito de mando e sobre o destino de pessoas e demais seres vivos, com a leniência do poder executivo federal, estadual e municipal, assim como sobre suas vidas e mortes. Se coloca acima da lei, haja vista partir do pressuposto que seus atos não serão, de nenhum modo, denunciados e quiçá julgados. Suas ações são legitimadas pelo parlamento, que coloca em pauta leis que perdoam as dívidas de multas ambientais, como é o caso da PL 3.475/2021, por exemplo. De acordo com o senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR), os agricultores não têm condições de pagar R\$ 56 bilhões em débitos por multas (BORGES, 2022)²⁸. Quando não articulam, por intermédio das entidades de classe patronais, o perdão de dívidas bilionárias do FUNRURAL²⁹, que giram em torno dos R\$ 34 a R\$ 40 bilhões de reais (GIOVANAZ, 2020)³⁰.

Apesar de estarem em conflito com a lei, os empresários do setor agroexportador, articulam politicamente e pressionam para que haja mudanças consideráveis na constituição federal, para enquadrá-los na legalidade. Em anos recentes, podemos acompanhar ao menos dois casos que refletem o poder de atuação deste. O primeiro é a reforma do código florestal, ocorrida em 2012 que propôs mudanças relativas às áreas protegidas, possibilitando o empresário agrícola aumentar sua produção. O segundo, é o Marco Temporal que defende que os indígenas só podem reivindicar terras onde já se encontravam em 05 de outubro de 1988, data que entra em vigor a Constituição Brasileira.

A militância do então presidente da república, Jair Messias Bolsonaro e seus discursos inflamados, acabou por autorizar a expansão do agronegócio na amazônia, pantanal e cerrado, provocando queimadas, invasão de terras indígenas, quilombolas e de pequenos agricultores, ao passo que reduziu os recursos financeiros para os órgãos fiscalizadores como é

²⁸ BORGES, Iara Farias. Segue para a Câmara projeto que perdoa dívidas de produtores rurais com o Ibama. Fonte: Agência Senado. Publicado em 26 de agosto de 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2022/08/segue-para-a-camara-projeto-que-perdoa-dividas-de-produtores-rurais-com-o-ibama>>. Acesso em 13 de março de 2023.

²⁹ O FUNRURAL é obrigatório, tanto para produtores pessoa física quanto jurídica. O Fundo foi criado para financiar a previdência e a contribuição ocorre a partir do faturamento.

³⁰ GIOVANAZ, Daniel. Ruralistas se articulam para obter perdão bilionário das dívidas do Funrural: Com benesses concedidas por Bolsonaro durante a pandemia, agronegócio cresce enquanto o país afunda. Brasil de Fato. Publicado em 11 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/11/11/ruralistas-se-articulam-para-obter-perdao-bilionario-das-dividas-do-funrural>>. Acesso em 17 de novembro de 2020.

o caso do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), além de indicar militares associados a ele para ocupar as pastas. Estas ações demonstram o poder que o setor possui no estabelecimento de uma agenda nacional e internacional, haja vista suas ações serem justificadas pelo volume comercial realizado e pelo equilíbrio proporcionado a balança comercial, utilizando de mecanismos autorizados ou defendidos por quem está no poder, garantindo a priorização de produtos primários em detrimento de outros setores da economia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente artigo, procuramos abordar o poder que o agronegócio possui em influenciar, tanto os elementos mais basilares da sociedade brasileira, quanto da composição da política interna e externa, a partir da articulação e atuação no contexto nacional. Nesta perspectiva, foi possível perceber que, em todo século XX, especialmente durante a ditadura militar, os governos precisaram convencer os empresários que a agropecuária era um empreendimento viável, além de financiar a empresa agrícola, a formação da fazenda e investir na conformação do CAI.

Desse modo, ainda que houvesse uma valorização maior à industrialização urbana em detrimento à rural, este processo não tardou muito. A adoção do neoliberalismo pelos países latino-americanos, no final da década de 1980 e início de 1990, retirou a autonomia destes para a implementação de políticas nacionais de desenvolvimento, provocando a (re)primarização da economia. É possível constatar, nesse sentido, que o CAI não deixou de existir, apenas mudou de forma. O governo pode não se responsabilizar pela importação de novas tecnologias do campo e não exerce a função de organizar e estimular a criação da empresa agrícola, mas a sua produção e comercialização, sobretudo internacional, dependem de incentivos fiscais, de programas assim como de reformas na lei que permitam a continuidade do setor.

Podemos vislumbrar que, a reprimarização da economia, se analisada de perto, nunca ocorreu. O que aconteceu foi de fato a contínua valorização do setor primário, com as estruturas coloniais, ao longo de todo o percurso da trajetória histórica do Brasil. Nesse sentido, acreditamos que, apesar de a urbanidade possuir a centralidade nos debates midiáticos e nos

discursos governamentais e empresariais, é o rural que perfaz as políticas nacionais. Há uma invisibilização do campo, para amparar o espetáculo dos centros financeiros.

É relevante lembrar que, neste período de mudanças na política econômica, as nações latino-americanas, passavam pelo processo de redemocratização, após longos anos de ditaduras militares em grande parte dos Estados do continente. Isto possibilitou, que na década seguinte, nos anos 2000, surgissem experiências de esquerda na maior parte desses Estados, o que ficou conhecido como a Onda Rosa, como assinala Pereira da Silva (2018)³¹.

No entanto, os governos de esquerda tiveram grande dificuldade criativa em elaborar políticas que promovessem mudanças sociais profundas. Tampouco foram capazes de propor a institucionalização de um novo Estado, apenas se ocuparam em refundá-lo, com as bases já consolidadas, como mencionado anteriormente. Além disso, se encarregaram em estabelecer medidas superficiais para reduzir disparidades sociais, em aumentar o ingresso de classes populares no ensino superior público, em alguns casos, aumentar o salário mínimo, além de precárias iniciativas que produzissem melhores condições de moradia para a população.

Não obstante de estas medidas serem insuficientes para mudar as estruturas profundas das sociedades latino-americanas, sobretudo a brasileira, foram mais que suficientes para tirar a tranquilidade dos antigos detentores do poder político, contrários às transformações sociais, que representava a perda de privilégios, o que acabou abrindo margem para insuflar discursos de ódio, baseados em pautas pretensamente moralistas com apoio de instituições importantes, tais como: setores da igreja católica; a grande maioria das igrejas neopentecostais; as forças armadas; as polícias; a grande mídia favorável aos ideais neoliberais; os lobbies nacionais e internacionais; a influência direta dos interesses dos países do centro e; principalmente do setor agroexportador. Estes setores, em seu conjunto, estudaram o sistema democrático, compreenderam o seu jogo e, paulatinamente, começaram a ocupar espaços, tanto no parlamento como no senado. Coisa que, anteriormente, não era necessário, devido ao acesso direto das elites à personalidade no poder.

No caso do Brasil, em particular, as antigas e novas direitas passaram a conformar grupos de interesse no interior dos espaços legislativos, como é o caso da Frente Parlamentar

³¹ SILVA, Fabrício Pereira de. O Fim da Onda Rosa e Neogolpismo na América Latina. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 4, n. 2, 165-178.

da Agropecuária, articulando as Bancadas³² da Bala, do Boi e da Bíblia, para pressionar o poder executivo a promover alterações na legislação que os favoreçam e adotar pautas conservadoras no que diz respeito à educação, na proibição da discussão de gênero nos espaços educacionais; na criminalização da população LGBTQIA+; na proibição do aborto, inclusive nos casos de estupro, que é previsto em lei; além de promover campanha para a facilitação na venda de armas; entre outros.

Quando as exigências não são atendidas e o ambiente político existente conta como a perda de popularidade da presidente da república, o seu baixo poder de governabilidade, o descontentamento de grande parte da população, o apoio da mídia e do poder econômico, abre-se o caminho perfeito para a utilização de mecanismos previstos em lei, como o caso *impeachment*, ainda que não se possua materialidade factual e legitimidade para abrir o processo. A isto, Pereira da Silva (2018)³³ denominou de *neogolpismo*, que apesar de não haver a participação direta de militares, ocorrem por meio de perspectivas distorcidas das instituições. O exemplo latino-americano mostra, nesta perspectiva, que democracias podem se tornar autocracias, se utilizando dos instrumentos pertencentes a um sistema democrático, provocando assim uma desdemocratização.

Nesse caminho, é possível perceber que os progressistas latino-americanos possuem grandes desafios para transformar os cenários nacionais e conseguir imprimir pautas importantes na política. Os casos mais extremados, a exemplo dos golpes de Estado, tais como ocorreram em Honduras (2009), no Paraguai (2012), no Brasil (2016), na Bolívia (2019) e a tentativa de golpe no Peru em 2022, demonstram que se faz necessário, não apenas fortalecer as instituições, mas sim inová-las a ponto de não deixarem ser subjugadas por representantes de classes dominantes e seus amigos. Para além disso, se faz mister encarar os elementos simbólicos que forjaram essas nações para ter a possibilidade de elaborar ideias, políticas e programas capazes de realizar mudanças sociais profundas, escrevendo assim, uma nova etapa da história. Enquanto se limitar a jogar o jogo político sem mudar as suas regras, provavelmente, o quadro permanecerá por um longo período de tempo. Se faz mister ressaltar que, as dinâmicas de poder no sistema internacional, permitem que haja alterações, contanto que exista uma

³² Associação não formal de deputados de diversos partidos, articulados em torno de interesses comuns.

³³ *Ibid.*

política de Estado concreta (FIORI, 2013)³⁴, não ficando à mercê de grupos de interesse, sobretudo, o agronegócio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMÂNCIO, Thiago. EUA anunciam US\$ 500 milhões para o Fundo Amazônia nos próximos 5 anos. **Folha de São Paulo. Caderno Ambiente**. Publicado em 20 de abril de 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/04/eua-vaio-anunciar-us-500-milhoes-para-fundo-amazonia-nos-proximos-5-anos.shtml>>. Acesso em 02 de maio de 2023.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2005.

BORGES, Iara Farias. Segue para a Câmara projeto que perdoa dívidas de produtores rurais com o Ibama. Fonte: **Agência Senado**. Publicado em 26 de agosto de 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2022/08/segue-para-a-camara-projeto-que-perdoa-dividas-de-produtores-rurais-com-o-ibama>>. Acesso em 13 de março de 2023.

BOSI, Alfredo. **A Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras (1992).

CAMPOS, Candido Malta. Urbanismo e o antiurbanismo no debate nacional. **ESTUDOS AVANÇADOS** 29 (85), 2015, p. 215-235.

CASCAES, Bárbara de Sousa. Escravidão por dívida: o Maranhão no contexto da política agrária nacional e as consequências para o trabalhador rural. **III Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto de 2007.

CERVO, Amado Luís. Sob o Signo Neoliberal: as relações internacionais da América Latina. **Rev. Bras. Polít. Int.** 43 (2): 5-27 [2000].

_____. Política Exterior e Relações Internacionais: enfoque paradigmático. **Rev. Bras. Polít. Int.** 46 (2): 5-25 [2003].

EISENBERG, Peter L. **Modernização Sem Mudança: A Indústria Açucareira em Pernambuco (1840-1910)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra e Universidade Estadual de Campinas, 1977.

GASPAR, Rafael Bezerra. **O eldorado gaúcho: Deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense**. Dissertação de Mestrado UFMA: São Luís, 2010.

³⁴ FIORI, José Luís. Estado e Desenvolvimento na América Latina: notas para um novo “programa de pesquisa. CEPAL. LC/BRS/R286. Novembro de 2013

GIOVANAZ, Daniel. Ruralistas se articulam para obter perdão bilionário das dívidas do Funrural: Com benesses concedidas por Bolsonaro durante a pandemia, agronegócio cresce enquanto o país afunda. **Brasil de Fato**. Publicado em 11 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/11/11/ruralistas-se-articulam-para-obter-perdao-bilionario-das-dividas-do-funrural>>. Acesso em 17 de novembro de 2020.

INPE. **Nota Técnica PRODES Cerrado 2021**. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Publicado no dia 31 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/nota-tecnica-prodes-cerrado-2021>>. Acessado no dia 08 de março de 2022.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

LAS CASAS, Fray Bartolomé de. **Apologética Historia Sumaria**: quanto a las qualidades, dlspusición, descripción, cielo y suelo destas tierras, y condiciones naturales, policías, repúblicas, manera de vivir e costumbres de las gentes destas indias occidentales y meridionales cuyo imperio soberano pertenece a los reyes de castilla. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1967.

MADEIRO, Carlos. MATOPIBA: A nova fronteira agro do país lidera em desmatamento e expulsa moradores. **UOL**. Publicado em 13 de agosto de 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/08/13/avanco-agro-no-matopiba-expulsa-povos-e-responde-por-23-do-desmate-no-pais.htm>>. Acesso em 20 de agosto de 2022.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009)

MAZZALI, Leonel. **O Processo Recente de Reorganização Agroindustrial**: do complexo à organização “em rede”. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. **EUA anunciam doação de R\$ 2,5 bilhões para o Fundo Amazônia**: Pacote para ações climáticas e ambientais inclui recursos para restauração florestal, redução de emissões de metano e Fundo Verde para o Clima. Gov.br. Publicado em 20 de abril de 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/eua-anunciam-doacao-de-r-2-5-bilhoes-para-o-fundo-amazonia#:~:text=O%20aporte%20in%C3%A9dito%20anunciado%20pelo,Lula%20em%201%C2%BA%20de%20janeiro.>> Acesso em: 25 de abril de abril de 2023.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água ao território de resistência das populações tradicionais. Rev. NERA, v. 22, n. 47, p. 296-320, 2019.

MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção da África. Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento.** Mangualde-PT: Edições Pedagogo LDA, 2013.

PRIZIBISCZKI, Cristiane. O Governo esconde o aumento de 8% na destruição do Cerrado. **O Eco.** Publicado no dia 04 de janeiro de 2022. Seção Notícias. Disponível em: <<https://oeco.org.br/noticias/governo-esconde-aumento-de-8-na-destruicao-do-cerrado/#:~:text=O%20desmatamento%20no%20Cerrado%20aumentou,devasta%C3%A7%C3%A3o%20do%20Cerrado%20aumentou%2017%2>>. Acessado no dia 15 de janeiro de 2022.

PUTNAM, Robert. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista de Sociologia Política**, v. 18, n. 36, p. 147-174, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** Coimbra, PT: CES, 2009.

RIBEIRO, Amanda Porto. Estrangeiros no Maranhão: transição do regime de trabalho, a imigração e a tentativa de construção de uma sociedade eugênica em meados do XIX. **Faces de Clio.** Vol. 4 | N. 7 | JAN./JUN. 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, Roceiros e Rebeldes.** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SENADO. CDR analisa projeto que inclui municípios do Maranhão no semiárido. Fonte: **Agência Senado.** Publicado no dia 10 de junho de 2019. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/10/cdr-analisa-projeto-que-inclui-municipios-do-maranhao-no-semiarido>>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

SENADO. Inclusão do Baixo Parnaíba no semiárido nordestino será votada na CDR. Fonte: **Agência Senado.** Publicado em 16 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/10/16/inclusao-do-baixo-parnaiba-no-semiarido-nordestino-sera-votada-na-cdr>>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

SILVA, Fabrício Pereira de. O Fim da Onda Rosa e Neogolpismo na América Latina. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, 165-178.

SUÁREZ, Mireya. Agregados, Parceiros e Possesores: a transformação do campesinato no Centro-Oeste. **Anuário Antropológico**, vol. 5, n.1, 1981.

UNB CIÊNCIA. Chuvas no Cerrado Diminuíram 8,4% em três décadas. **Ciências da Vida.** Publicado no dia 27 de abril de 2018. Disponível em: <<https://www.unbciencia.unb.br/biologicas/34-engenharia-florestal/569-chuvas-no-cerrado-reduziram-8-4-em-tres-decadas>>. Acessado no dia 08 de março de 2022.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais**. Portugal: Gradiva, 2002.